

Areia Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Areia Energia S.A. (Companhia), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Considerações Iniciais

A Companhia, constituída em 25 de fevereiro de 2005, com sede em Dianópolis, Estado do Tocantins, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela holding TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. ("TEP"), tendo por objeto social principal geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, por meio da Pequena Central Hidroelétrica ("PCH") Areia, além de exercer outras atividades relacionadas a seu propósito específico.

A TEP é controlada pela Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), holding do Grupo Global, que controla diversas termelétricas e PCHs, além de atuar no setor energético em todo o território nacional.

Autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") para estabelecer-se como Produtora Independente de Energia (PIE), implantar e explorar a PCH Areia (11,4 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins. A PCH Areia entrou em operação comercial em 25 de fevereiro de 2011. Optou por participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), compartilhando o risco hidrológico com as demais usinas participantes do MRE.

Em 8 de fevereiro de 2022 a Aneel, amparada pela Lei 14.120/2022, aprovou a Resolução Autorizativa nº 11.131, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2022, que estabeleceu nova vigência da autorização da PCH Areia até 25 de fevereiro de 2041. Em outro processo relacionado ao expurgo de eventos que contribuíram para o GSF do MRE em 2013 e 2014, a Aneel enfim aprovou, em outubro de 2023 a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023 que estendeu a autorização da Companhia até 19/08/2045.

Sustentabilidade Corporativa

O Grupo Global adota estratégias voltadas para a sustentabilidade socioambiental, alinhando-se às diretrizes do conceito ESG ("*Environmental, Social and Governance*"). A Companhia investe continuamente no aprimoramento de sua Governança Corporativa, promovendo uma gestão preventiva e mitigadora de riscos operacionais e organizacionais.

Como parte de seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental, o Grupo Global elabora e divulga anualmente, em seu portal institucional, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE, referente ao ano anterior. Esse relatório apresenta as ações adotadas pelo Grupo para promover a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Desempenho Operacional

Em 2025, a PCH Areia operou de acordo com os parâmetros contratuais vigentes, registrando geração de 59.845,1 MWh, ante 61.161,8 MWh em 2024, o que representa uma redução de 2,15%. A redução da geração decorreu principalmente da significativa queda da energia natural afluyente observada nos últimos três anos, fator que impactou negativamente o desempenho da usina. A disponibilidade operacional atingiu 99,50% em 2025 (99,09% em 2024), demonstrando a continuidade da elevada confiabilidade dos equipamentos e das estruturas da usina.

Em 2025, o Plano de Segurança de Barragem (PSB) da usina foi acompanhado pela empresa Geometrisa, responsável pela elaboração do Relatório de Inspeção Regular (ISR). O empreendimento foi classificado como estando em conformidade com os padrões normativos aplicáveis. A Geometrisa também realizou a atualização do Plano de Segurança de Barragem (PSB) e do Plano de Ação de Emergência (PAE).

Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações financeiras refletem de forma fidedigna os controles adotados e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de maneira objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio. Considera-se que os indicadores econômico-financeiros do exercício de 2025 estão adequados.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e as notas explicativas. O desempenho econômico-financeiro de 2025, comparado ao de 2024, foi impactado pelos seguintes fatores:

- Volume de geração da PCH;
- Desempenho do MRE; e
- Variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2025 (junho/24 a maio/25), que reajusta tarifas e serviços, inclusive o Preço de Venda da Energia.

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 36,3 milhões (R\$ 35,1 milhões em 2024), representando aumento de 3,4%, reflexo do reajuste contratual pelo IGP-M que acontece anualmente em junho.

Custos e Despesas Operacionais: R\$ 7,0 milhões (R\$ 6,8 milhões em 2024), apresentando aumento de 2,5%.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): R\$ 31,9 milhões (R\$ 30,8 milhões em 2024), com acréscimo de R\$ 1,1 milhão.

Lucro Operacional: R\$ 29,4 milhões (R\$ 28,3 milhões em 2024), com aumento de 3,0%, impulsionado pelo incremento da receita operacional líquida.

Resultado Líquido do Exercício: lucro de R\$ 28,4 milhões (R\$ 27,3 milhões de 2024), com margem líquida de 78,2% (77,8% em 2024).

Contas a Receber: R\$ 4,3 milhões (R\$ 3,9 milhões em 2024), apresentando uma variação positiva explicada, principalmente, pelo reajuste anual positivo do faturamento.

Capital de Giro: Capital Circulante Líquido negativo de R\$ 1,1 milhão (positivo de R\$ 3,9 milhões em 2024). No passivo circulante estão provisionados R\$ 7,3 milhões (em 2024, 1,8 milhão) a título de dividendos que somente serão pagos conforme a disponibilidade de caixa da companhia.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$ 1,2 milhão (R\$ 1,1 milhão em 2024), com variação favorável de R\$ 0,1 milhão.

Remuneração aos Acionistas (dividendos efetivamente pagos em 2025): R\$ 30,4 milhões (R\$ 28,6 milhões, em 2024), o que representa um aumento de R\$ 1,8 milhão (6,3%).

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, com base em gestão austera que preserva a confiabilidade dos ativos, demonstram a capacidade de absorver os investimentos realizados e de cumprir os compromissos assumidos com bancos e fornecedores.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de atuação pelo apoio e confiança depositados ao longo do exercício social de 2025. Agradece, também, de forma especial, a dedicação e competência de seus colaboradores, fundamentais para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

Dianópolis (TO), 27 de março de 2026.

Pedro Coelho de Souza Monteiro Magalhães

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Areia Energia S.A.
Dianópolis - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Areia Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Areia Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

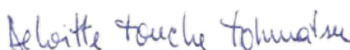
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

AREIA ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.206	1.155	Fornecedores	11	192	1.761
Contas a receber	5	4.318	3.876	Obrigações sociais e trabalhistas		138	127
Impostos a recuperar	6	399	416	Obrigações tributárias		19	89
Estoques		570	529	Imposto de renda e contribuição social a recolher		88	-
Outras contas a receber	10	171	1.726	Dividendos a pagar	12	7.314	1.821
Total do ativo circulante		<u>6.664</u>	<u>7.702</u>	Total do passivo circulante		<u>7.751</u>	<u>3.798</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Tributos diferidos		-	1	Capital social	12	39.954	39.954
Depósitos judiciais	13	224	224	Reservas de lucros		8.000	15.505
Imobilizado	8	45.488	47.830	Total do patrimônio líquido		47.954	55.459
Intangível	9	3.329	3.500				
Total do ativo não circulante		<u>49.041</u>	<u>51.555</u>				
TOTAL DOS ATIVOS		<u>55.705</u>	<u>59.257</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>55.705</u>	<u>59.257</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	36.345	35.121
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	15	(5.087)	(5.159)
LUCRO BRUTO		<u>31.258</u>	<u>29.962</u>
Despesas gerais e administrativas	15	(1.902)	(1.658)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	60	3
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>29.416</u>	<u>28.307</u>
Receitas financeiras	16	227	128
Despesas financeiras	16	(3)	(4)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>29.640</u>	<u>28.431</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.227)	(1.096)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>28.413</u>	<u>27.335</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		0,711	0,684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.413	27.335
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>28.413</u>	<u>27.335</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023		39.954	5.670	6.828	-	52.452
Lucro líquido do exercício	12	-	-	-	27.335	27.335
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	12	-	1.367	-	(1.367)	-
Dividendos intermediários pagos de 2023 (R\$0,17 por lote de mil ações)	12	-	-	(6.828)	-	(6.828)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,16 por lote de mil ações)	12	-	-	-	(6.492)	(6.492)
Dividendos adicionais (R\$0,28 por lote de mil ações)	12	-	-	-	(11.008)	(11.008)
Destinação para reserva de retenção de lucros	12	-	-	8.468	(8.468)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		39.954	7.037	8.468	-	55.459
Lucro líquido do exercício	12	-	-	-	28.413	28.413
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	12	-	954	-	(954)	-
Dividendos adicionais de 2024 (R\$0,21 por lote de mil ações)	12	-	-	(8.468)	-	(8.468)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,17 por lote de mil ações)	12	-	-	-	(6.865)	(6.865)
Dividendos intermediários de 2025 (R\$0,52 por lote de mil ações)	12	-	-	-	(20.585)	(20.585)
Destinação para reserva de retenção de lucros	12	-	-	9	(9)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		39.954	7.991	9	-	47.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		28.413	27.335
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Baixa de Imobilizado	8	52	-
Depreciação e amortização	15	2.495	2.517
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(442)	1.002
Estoques		(41)	(227)
Impostos a recuperar		18	(37)
Outras contas a receber		1.555	(1.478)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.569)	259
Obrigações tributárias		621	327
Obrigações sociais e trabalhistas		11	3
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		31.113	29.701
Impostos de renda e contribuição social pagos		(603)	(388)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		30.510	29.313
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	8	(34)	(51)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(34)	(51)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	12	(30.425)	(28.559)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(30.425)	(28.559)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		51	703
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.155	452
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.206	1.155
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		51	703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia obteve autorização da Aneel, por meio da Resolução nº 421, de 23 de janeiro de 2006, para estabelecer-se como Produtora Independente de Energia (“PIE”), implementar e explorar a PCH Areia (11,4 MW), localizada no Rio Palmeiras, no Estado do Tocantins.

A PCH Areia iniciou sua operação comercial em 25 de fevereiro de 2011, conforme o Despacho Aneel nº 838, de 24 de fevereiro de 2011. O contrato de fornecimento de energia foi celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. por 20 anos, com vigência até 24 de fevereiro de 2031, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa. Em junho de 2023, o contrato foi cedido pela Eletrobras para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A - ENBPar, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que passou a gerir o Proinfa, conforme estabelecido na Lei nº 14.182/2021 e Decreto nº 10.791/2021.

Em outubro de 2023, após a aprovação da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, a Companhia teve sua autorização prorrogada até 19 de agosto de 2045.

A autorização poderá ser prorrogada, a pedido da Companhia, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, desde que previamente autorizados, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria da Aneel.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia

A Companhia optou por participar do MRE, compartilhando o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Por ser inscrita e contratada no âmbito do Proinfa, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e repassadas à ENBPar, que é responsável por enviar os montantes relativos a custos ou receitas para os integrantes do Proinfa. A Companhia contabiliza a provisão conforme a competência e, ao final de cada ano, o saldo é dividido em 12 parcelas, sendo ajustado na fatura do ano subsequente.

1.2. Repactuação de risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Lei 13.203, sancionada pelo governo federal, estabeleceu a repactuação do risco hidrológico para os participantes do MRE, com efeito a partir de 2015. A Companhia aderiu à repactuação em 2016, optando pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor, mediante o pagamento de um prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015, anualmente ajustado pelo IPCA), até 24 de fevereiro de 2031.

A partir de 2016, a Companhia passou a contabilizar a reversão do custo do GSF de 2015 e a apropriação do custo do prêmio do ano. Desde então, devido à ausência de cálculo do custo/receita do MRE pela Eletrobras, a Companhia contabiliza provisões com base em estudos da consultoria energética e o montante do prêmio é atualizado. A ENBPar, que assumiu a gestão do Proinfa em junho de 2023, tem o direito de descontar o custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, processo que teve início em 2019.

A Resolução Homologatória nº 2.932, de 17 de setembro de 2021, validou o cálculo da CCEE para os eventos de GSF de 2013 e 2014, que deveriam ser compensados aos agentes com extensão de prazo de outorga. A Companhia aceitou essa compensação em outubro de 2021, apresentando à Aneel o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga. Embora a Aneel tenha homologado o valor de R\$4.152 calculado pela CCEE, a Companhia solicitou novo cálculo para considerar a alteração do termo final da autorização, posto que ele foi alterado pela Resolução Autorizativa nº 11.131 ainda em fevereiro de 2022, o que foi reconhecido pela Aneel pelo Despacho nº 921, de 5 de abril de 2022, mas a nova Resolução Homologatória (REH 3.242/2023) foi publicada apenas em agosto de 2023, com consequente aprovação de novo termo final da autorização pela Resolução Autorizativa 14.896, de 10 de outubro de 2023.

A Companhia registrou em 2021 um ativo intangível referente à repactuação do risco hidrológico, ao valor justo de R\$4.152, calculado conforme as diretrizes da CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 - Ativo Intangível, sendo amortizado a uma taxa de 4,08% ao ano até 19 de agosto de 2045 (4,85%, em 2025). Em dezembro de 2025, o montante amortizado foi de R\$669 (R\$169, em 2024). O valor do ativo intangível permanece inalterado com o recálculo do prazo de extensão.

Em 2025, o montante do GSF repactuado, líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE, foi positivo, totalizando R\$1.352 (R\$1.369 positivo em 2024). As retenções dos valores devidos começaram em 2019 e a Companhia segue o controle com base na planilha de controle previamente divulgada pela ENBPar.

No exercício de 2025, foi reconhecido no resultado um montante de R\$1.316 (R\$1.260 em 2024) referente à provisão de receita do MRE, líquida da despesa do prêmio do risco hidrológico, registrado na rubrica de receita de vendas de energia.

1.3. Continuidade Operacional

Em 8 de fevereiro de 2022, a Aneel aprovou a Resolução Autorizativa nº 11.131, publicada em 23 de fevereiro de 2022, estabelecendo nova vigência da autorização da Companhia até 25 de fevereiro de 2041. Em outubro de 2023, após a aprovação da Resolução Autorizativa nº 14.896 a Companhia obteve nova extensão da autorização, agora com vigência até 19 de agosto de 2045.

A Lei nº 15.097/2025 estabeleceu novas condições para prorrogação dos contratos Proinfra pelo prazo de 20 anos, com a respectiva extensão dos atos de outorga. A Companhia atuou para garantir sua elegibilidade, caso do interesse, a partir do regulamento que seria revisado por novo Decreto. Dada a incerteza da prorrogação do contrato, não houve reflexo nos registros contábeis de 2025.

Em 27 de janeiro de 2026, foi publicado o Decreto 12.834 com o novo regulamento e, nesta data, a empresa encontra-se em avaliação da minuta de termo aditivo apresentado pela ENBPar.

A Administração, na data de aprovação das demonstrações financeiras, tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para garantir sua continuidade operacional no futuro próximo. Dessa forma, a Companhia mantém a base contábil de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das normas da Aneel, quando essas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 31 de março de 2026, considerando todos os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem afetar os demonstrativos.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas contábeis realizadas.

A Companhia não identificou premissas ou estimativas que possam representar um risco significativo de resultar em ajustes expressivos nos saldos contábeis de ativos e passivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Da mesma forma, não foram realizados julgamentos na aplicação das políticas contábeis que tenham efeito relevante sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente, garantindo que estejam atualizados e alinhados com as melhores práticas contábeis.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São considerados:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como tais riscos são gerenciados.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- Pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (“non-performance”).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação responsável por revisar através de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada indireta da GPE.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não dispõe de garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada substancialmente considerando o prazo de autorização como produtor independente.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (“forward-looking”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas e registradas conforme legislação vigente em impostos correntes.

Nos anos de 2025 e 2024, a Companhia adotou o regime de lucro presumido para a apuração de tributos. As alíquotas aplicáveis para a determinação da base de cálculo são de 8% para o IRPJ e 12% para a CSLL, calculadas sobre a receita bruta da Companhia.

Sobre essas bases de cálculo, incidem alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescidas de um adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$240, e 9% para a CSLL, conforme estabelecido pela legislação tributária aplicável às empresas enquadradas no regime de lucro presumido.

Adicionalmente, as receitas financeiras auferidas no exercício são incluídas integralmente na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sem aplicação de margem de presunção de lucro. Para esses valores, incidem diretamente as alíquotas de 15% para o IRPJ, com o adicional de 10% sobre a parcela excedente a R\$240, e 9% para a CSLL.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuro estimado a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- a) Tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado (ACR), sendo resultado da primeira etapa do Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras e cedidos para a ENBPar em junho de 2023 que, por sua vez, possui os volumes registrados na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

A Companhia dispõe de uma receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que a Companhia participa do MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Desse modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e contabilizadas pela Companhia por competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e ajustado nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a ENBPar, somados aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- Receita com venda de energia: refere-se à integralidade da energia contratada pela ENBPar (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão em conformidade com o contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos Certificados	trata do reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e instrumentos correlatos. A norma orienta sobre classificação como ativo intangível ou estoque, dependendo do modelo de negócio, critérios de mensuração inicial e subsequente e reconhecimento de passivos vinculados a compromissos ambientais.

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve efeito significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Alterações em situações que o critério contábil de investimento em coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada basear-se no método da equivalência patrimonial ou no custo, a entidade investidora fica limitada a apresentar, na demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa entre a própria entidade investidora e a entidade na qual participe representados, por exemplo, por dividendos e por adiantamentos.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis para fins gerais (demonstrações contábeis) para ajudar a garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, exceto pelo CPC 51, o qual a Administração da Companhia está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações financeiras de alta liquidez	1.206	1.155
Total	<u>1.206</u>	<u>1.155</u>

Referem-se a aplicações financeiras em Fundos de Investimentos, com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características a alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 101,17% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103,61% do CDI em 2024).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores a vencer	4.318	3.876
Total	<u>4.318</u>	<u>3.876</u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica à ENBPar decorrente do contrato de compra e venda de energia que a Companhia tem no Proinfa, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A Companhia analisou seu histórico de recebimentos e concluiu que não está exposta a risco de crédito elevado, uma vez que não há histórico de inadimplência na conta Proinfa. Dessa forma, após análise detalhada, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais, controláveis e sem histórico relevante de inadimplência.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS sobre faturamento	71	74
COFINS sobre faturamento	<u>328</u>	<u>342</u>
Total	<u>399</u>	<u>416</u>

7. PARTES RELACIONADAS

Os honorários do Conselho de Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração individualizada da Diretoria Executiva, tanto fixa quanto variável, é determinada pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2025, os honorários pagos à Administração totalizaram R\$506, sendo R\$374 referentes à remuneração fixa e R\$132 à remuneração variável (R\$357 em 2024, sendo R\$330 de remuneração fixa e R\$27 de remuneração variável).

A Companhia não concede benefícios de longo prazo ou opções de ações ao pessoal-chave da Administração.

8. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Veículos	Montagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	-	-	
<u>Custo corrigido</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	573	17.269	41	45.389	43.924	156	227	41	107.620
Adições	-	-	-	51	-	-	-	-	51
Saldos em 31 de dezembro de 2024	573	17.269	41	45.440	43.924	156	227	41	107.671
Adições	2	12	-	20	-	-	-	-	34
Baixa	(52)	-	-	-	-	-	-	-	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	523	17.281	41	45.460	43.924	156	227	41	107.653
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(312)	(9.165)	(39)	(24.241)	(23.652)	(32)	(43)	(5)	(57.489)
Adições	(12)	(371)	-	(989)	(926)	(4)	(46)	(4)	(2.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(324)	(9.536)	(39)	(25.230)	(24.578)	(36)	(89)	(9)	(59.841)
Adições	(12)	(367)	-	(963)	(950)	(4)	(46)	(5)	(2.347)
Baixa	23	-	-	-	-	-	-	-	23
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(313)	(9.903)	(39)	(26.193)	(25.528)	(40)	(135)	(14)	(62.165)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	210	7.378	2	19.267	18.396	116	92	27	45.488
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	249	7.733	2	20.210	19.346	120	138	32	47.830

(*) A depreciação acumulada é calculada, predominantemente, com base no prazo de autorização como produtor independente, utilizando uma taxa média de 2,18% ao ano. Em razão da nova vigência da autorização regulatória até 19/08/2045, as taxas médias anuais de depreciação foram revisadas a partir de outubro de 2023.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis de seus ativos imobilizados para avaliar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Caso haja indícios de desvalorização, o valor recuperável do ativo é estimado com base em testes de recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicadores que justificassem ajustes no valor recuperável dos ativos.

9. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Taxas anuais	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	27	(21)	6	7
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	-	26	10
Direito das autorizações	8,1%	<u>4.152</u>	<u>(855)</u>	<u>3.297</u>	<u>3.483</u>
Total		<u>4.205</u>	<u>(876)</u>	<u>3.329</u>	<u>3.500</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.665			
Amortização		<u>(165)</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.500			
Amortização		<u>(171)</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>3.329</u>			

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano. Já o direito de autorização, resultante da extensão da autorização concedida pela Resolução Homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 4,08% ao ano (4,08%, em 2024), conforme o período de vigência dos contratos de venda de energia. Em outubro de 2023, após a aprovação da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, a Companhia obteve nova extensão da autorização até 19/08/2045. Ver nota explicativa nº 1 para mais informações.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas	100	325
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (a)	69	1.396
Adiantamentos a Fornecedores	<u>2</u>	<u>5</u>
Total	<u>171</u>	<u>1.726</u>

(a) A Companhia obteve um resultado positivo na repactuação do risco hidrológico, superior à sua exposição ao Mercado de Curto Prazo (MCP). Os valores são liquidados no ano seguinte, em 12 parcelas iguais, corrigidas pelo IGP-M.

11. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	112	1.365
Engenharia São Patrício	52	49
Fairfax Brasil Seguros	-	335
Outros fornecedores	<u>28</u>	<u>12</u>
Total	<u>192</u>	<u>1.761</u>

- (a) Desde 2016, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico, optando pela transferência integral do risco (SP100) ao consumidor, mediante pagamento de um prêmio de risco à Conta Bandeiras, gerida pela CCEE. Esse prêmio foi estabelecido em R\$9,50/MWh (com data-base de janeiro de 2015), sendo atualizado anualmente pelo IPCA até 19/08/2045.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$39.954, representado por 39.954.240 ações ordinárias, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	27.744.224	69,44
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	11.986.272	30,00
Maria das Graças B. N. Fernandes	223.744	0,56
Total	39.954.240	100

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A reserva legal é constituída por meio da apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal foi constituída no valor de R\$954 (R\$1.367 em 2024).

Lucros retidos

Após as deduções da reserva legal e dividendo declarados, o saldo remanescente do lucro do exercício foi destinado a reserva de lucros retidos, totalizando R\$ 9 em 2025 (R\$8.467 em 2024).

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	28.413	27.335
Reserva legal	(954)	(1.367)
Base para dividendos	27.459	25.968
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(6.865)	(6.492)

Os dividendos declarados referente a 2025 somaram R\$ 27.450, superando o valor dos dividendos mínimos obrigatórios, de modo que não há necessidade de constituição adicional para o exercício. Vide movimentação dos dividendos a pagar abaixo.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado com base na relação entre o resultado do período e a média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	28.413	27.335
Média ponderada de ação por lote de mil	39.954	39.954
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	0,711	0,684

Dividendos

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado, conforme previsto na legislação societária e em seu Estatuto Social.

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Por ação</u>
<u>2024</u>			
AGOE de 26 de março de 2024	Dividendos adicionais 2023	6.828	0,171
RCA de 05 de junho de 2024	Dividendos Intermediários 1º trim/2024	5.500	0,138
RCA de 05 de agosto de 2024	Dividendos Intermediários 2º trim/2024	5.500	0,138
RCA de 28 de outubro de 2024	Dividendos Intercalares 3º trim/2024	6.500	0,163
<u>2025</u>			
RCA de 27 de janeiro de 2025	Dividendos Intercalares 4º trim/2024	4.500	0,113
AGOE de 28 de março de 2025	Dividendos adicionais 2024	3.968	0,099
RCA de 05 de maio de 2025	Dividendos Intercalares 1º trim/2025	5.600	0,140
RCA de 15 de julho de 2025	Dividendos Intercalares 1º sem/2025	5.600	0,140
RCA de 21 de outubro de 2025	Dividendos Intercalares 3º trim/2025	7.500	0,188
	Dividendos Intercalares resultado		
RCA de 18 de dezembro de 2025	parcial 2025	6.500	0,163
RCA de 29 de dezembro de 2025	Dividendos Intercalares dezembro/2025	2.250	0,056

Movimentação dos dividendos:

Saldo dividendos a pagar 2023	6.052
Dividendos propostos referente a 2023	6.828
Dividendos Intermediários 2024	11.008
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	6.492
Dividendos pagos	<u>(28.559)</u>
Saldo dividendos a pagar 2024	1.821
Dividendos propostos referente a 2024	8.468
Dividendos Intercalares 2025	20.586
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	6.864
Dividendos pagos	<u>(30.425)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2025	<u>7.314</u>

13. RISCOS CONTINGENCIAIS

A Companhia está sujeita a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisões adotada considera os riscos de perda em ações judiciais, garantindo que, quando a perda é classificada como provável, seja realizado o provisionamento de 100% do valor devido, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

A principal demanda judicial é a seguinte:

- (a) Ação de demarcação: A Companhia figura como autora em uma ação de demarcação, em trâmite na Justiça Estadual do Tocantins, referente à delimitação da divisa do imóvel rural de propriedade da Areia Energia, localizado no entorno do reservatório da PCH. O objetivo da ação é estabelecer de forma precisa os limites confrontantes com vizinhos que atualmente ocupam, de maneira irregular, parcela da Área de Preservação Permanente (APP). A Companhia busca, com isso, assegurar a correta definição dos limites territoriais da área afetada. A ação é classificada pela Companhia como de perda remota.

Não há processos avaliados pelos assessores jurídicos como de perda possível nas esferas trabalhista, cível ou tributária. Dessa forma, não há necessidade de constituição de provisão para perdas.

Depósito judicial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantinha depósitos judiciais relacionados ao processo mencionado, no montante de R\$224. A possibilidade de perda é classificada como remota.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de venda de energia	36.375	34.993
Mecanismos de realocação de energia - MRE	1.352	1.351
Deduções de venda		
PIS	(246)	(218)
COFINS	<u>(1.136)</u>	<u>(1.005)</u>
Total	<u><u>36.345</u></u>	<u><u>35.121</u></u>

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(645)	(530)
Depreciação e amortização	(2.495)	(2.517)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(298)	(430)
Custos com manutenção e operação	(2.227)	(2.166)
Custos e despesas com seguros	(230)	(232)
Assessoria e consultoria	(108)	(107)
Serviços de terceiros	(340)	(239)
Assessoria e consultoria	(475)	(467)
Tributos	(1)	(8)
Outras despesas (receitas)	<u>(110)</u>	<u>(118)</u>
Total	<u><u>(6.929)</u></u>	<u><u>(6.814)</u></u>
Custos de operação e manutenção	(5.087)	(5.159)
Despesas gerais e administrativas	(1.902)	(1.658)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>60</u>	<u>3</u>
Total	<u><u>(6.929)</u></u>	<u><u>(6.814)</u></u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	219	127
Outras receitas financeiras, líquidas	8	1
Subtotal	<u>227</u>	<u>128</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Outras despesas financeiras, líquidas	(3)	(4)
Subtotal	<u>(3)</u>	<u>(4)</u>
Total	<u>224</u>	<u>124</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício de 2025 e de 2024, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de venda de energia	37.727	36.344
Receita de recontabilização CCEE	1.421	68
Efeito líquido da repactuação - MRE	(1.352)	(1.351)
Faturamento - lucro presumido	<u>37.796</u>	<u>34.925</u>
Alíquota de presunção de lucro presumido IRPJ	3.024	2.794
Outras Receitas	22	
Receita financeira	227	128
Subtotal IRPJ	<u>3.273</u>	<u>2.922</u>
Imposto de renda à taxa nominal	(491)	(436)
Adicional Imposto de renda à taxa nominal	<u>(308)</u>	<u>(272)</u>
Imposto de renda à taxa efetiva	(799)	(708)
Alíquota de presunção de lucro presumido CSLL	4.536	4.191
Receita financeira	227	128
Subtotal CSLL	<u>4.763</u>	<u>4.319</u>
Contribuição social à taxa nominal (9%)	<u>(428)</u>	<u>(388)</u>
Contribuição social à taxa efetiva	(428)	(388)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.227)</u>	<u>(1.096)</u>
Taxa Efetiva	3,25%	3,14%

18. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

O Capital Circulante Líquido da Companhia encontra-se negativo em função da declaração de dividendos aos acionistas, a qual aumentou o passivo circulante no período. Ressalta-se que tal situação não representa risco à continuidade ou à operação da Companhia, uma vez que o desembolso financeiro relacionado a essa obrigação ocorre a critério da Administração, observando a disponibilidade de caixa, o planejamento financeiro e as necessidades operacionais. Dessa forma, a Companhia mantém capacidade plena de honrar seus compromissos operacionais e financeiros.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.206	1.155
Contas a receber	4.318	3.876
Impostos a recuperar	399	416
Estoques	570	529
Outras contas a receber	171	1.726
Total do ativo circulante	<u>6.664</u>	<u>7.702</u>
Fornecedores	192	1.761
Obrigações sociais e trabalhistas	138	127
Obrigações tributárias	19	89
Imposto de renda e contribuição social a recolher	88	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	7.314	1.821
Total do passivo circulante	<u>7.751</u>	<u>3.798</u>
Ativo Circulante	6.664	7.702
Passivo Circulante	<u>7.751</u>	<u>3.798</u>
Capital Circulante Líquido	<u>(1.087)</u>	<u>3.904</u>
Situação do CCL	Negativo	Positivo

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	
<u>Ativos financeiros</u>	<u>CA</u>	<u>CA</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.206	1.155	Nível I
Contas a receber	4.318	3.876	Nível I
Outras contas a receber	171	1.726	Nível I
Total	<u>5.695</u>	<u>6.757</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	
<u>Passivos financeiros</u>	<u>CA</u>	<u>CA</u>	
Fornecedores	192	1.762	Nível I
Dividendos a Pagar	7.314	1.821	Nível I
Total	<u>7.506</u>	<u>3.583</u>	

CA - Custo amortizado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia está exposta a riscos provenientes de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, os principais riscos identificados são: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos, sendo suas políticas voltadas à identificação e análise dos riscos, definição de limites e controles apropriados, além do monitoramento contínuo para garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas. Essas políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia busca manter um ambiente disciplinado e controlado, garantindo que seus empregados tenham plena consciência de suas atribuições e obrigações. A Controladoria supervisiona o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, avaliando continuamente a adequação da estrutura adotada.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles:

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais. Esse risco decorre, principalmente, das contas a receber de clientes e dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota práticas rigorosas de análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, além do acompanhamento contínuo das posições em aberto. Embora haja concentração de contas a receber e receitas provenientes do cliente ENBPar, a Companhia considera que não há risco significativo de inadimplência por parte desse cliente.

No que se refere às instituições financeiras, a Companhia realiza operações exclusivamente com aquelas classificadas como de baixo risco, conforme avaliações de agências de *rating*.

Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras. O objetivo da gestão de liquidez é garantir, na medida do possível, que haja recursos suficientes para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais quanto em cenários de estresse, evitando perdas significativas ou impactos na reputação.

A administração da liquidez é conduzida de forma a assegurar que a Companhia sempre disponha de recursos para honrar seus passivos financeiros nos prazos estabelecidos.

A Companhia elabora projeções de fluxo de caixa e monitora continuamente suas necessidades de liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida e a geração de caixa, assegurando a manutenção de um saldo disponível suficiente para cobrir as despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Essa análise exclui o impacto de eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Passivos financeiros	2026
Fornecedores	192
Dividendos à pagar	7.314
Total	<u>7.506</u>

Risco de mercado

O risco de mercado decorre das oscilações em taxas de câmbio e juros, que podem impactar os ganhos da Companhia e o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar e mitigar suas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, maximizando os retornos financeiros.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025, considerando uma variação de 10%.

A análise considera que os instrumentos financeiros permaneceram em aberto durante todo o exercício seguinte, com um rendimento esperado conforme as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2025. O percentual de 10% foi definido como referência para a sensibilidade das taxas de juros, sendo utilizado internamente pela Administração para avaliação dos riscos relacionados ao CDI.

Um número negativo indica redução no resultado e no patrimônio caso as taxas de juros diminuam em 10%, mantendo-se as demais variáveis constantes. Um aumento nas taxas de juros no mesmo percentual, teria um impacto positivo equivalente no resultado e no patrimônio líquido.

Saldo de aplicação financeira	CDI em 31/12/25	Variação de 10% do CDI	Efeito no resultado e no patrimônio líquido
1.206	14,90%	13,41%	(18)

Gestão do capital

A Administração gerencia o capital com o intuito de garantir a continuidade das operações da Companhia e maximizar o retorno aos seus acionistas, por meio da otimização da estrutura de capital e dívida. A estratégia geral permanece inalterada desde 2022.

O patrimônio líquido inclui capital social e reservas, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo gerenciada por meio de ferramentas de controle, planejamento e orçamento.

Política de preços (ambiente regulatório)

O contrato de fornecimento de energia elétrica da Companhia foi firmado no ambiente regulatório, no âmbito do Proinfa, com a Eletrobras. Embora não haja proteção específica contra esse risco, qualquer alteração no contrato vigente exigirá a anuência de ambas as partes e do órgão regulador, Aneel.

Quanto à escassez de chuva

A Companhia opera por meio de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), o que a torna suscetível a períodos prolongados de escassez de chuva, que podem reduzir o volume de água nos reservatórios e, conseqüentemente, impactar sua receita.

Para mitigar esse risco, a Companhia aderiu ao MRE, um consórcio nacional de geradoras hidrelétricas que possibilita a compensação de déficits e excedentes de geração entre os participantes. Além disso, em 2016, a Companhia repactuou seu risco hidrológico, transferindo ao consumidor os impactos de uma possível escassez hídrica mediante o pagamento de um prêmio de risco. Com base no saldo positivo registrado, a Companhia entende que não há riscos relevantes associados a esse fator em 2025.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos, conforme sua política interna, não havendo, portanto, riscos associados a esses instrumentos.

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as transações do período que não impactaram diretamente o caixa e os equivalentes de caixa:

Exercício de 2025:

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.250.
- Saldo de dividendos a pagar referente a 2025 no montante de R\$7.314.

Exercício de 2024:

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.093.
 - Saldo de dividendos a pagar referente a 2024 no montante de R\$1.821.
-